

ECONOMIA DO CUIDADO REFLEXÕES PARA UM FEMINISMO DECOLONIAL

Economía del cuidado. Reflexiones para un Feminismo Decolonial¹

Natalia QUIROGA DIAZ
Universidade Nacional de General Sarmiento
natalia.quiroga@gmail.com

Tradução de Heloisa WOSNIAK
Universidade Federal do Paraná
helloheloisaw@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7219-1764>

RESUMO: O presente artigo se inscreve na abordagem, partindo das teorias e dos diferentes enfoques das políticas públicas, de uma das demandas feministas mais importantes: o reconhecimento dos trabalhos de cuidado e de sua participação e impacto na economia dos países. A primeira parte deste artigo mostrará alguns dos indicadores que são produzidos para dar conta da situação de inequidade das mulheres na América Latina. Na segunda parte, de modo sucinto, são apresentados dois tipos de políticas formuladas por instituições multilaterais e pelo Estado, como resposta a esta situação, e, na terceira, será apresentada a proposta que, fazendo uma crítica a estas instituições, a economia feminista vem formulando, através do conceito de economia do cuidado. Por último, reflete-se as implicações que pode ter para a economia do cuidado a sua deslocalização teórica diante os processos que se desenvolveram até aqui.

PALAVRAS-CHAVE: economia do cuidado; feminismo descolonial; políticas públicas.

RESUMEN: El artículo se introduce en el abordaje, desde las teorías y distintos enfoques de las políticas públicas, de una de las demandas feministas más importantes: el reconocimiento de las labores de cuidado y de su participación e impacto en la economía de las naciones. La primera parte de este artículo mostrará algunos de los indicadores que se producen para dar cuenta de la situación de la desigualdad de las mujeres en América Latina. En la segunda parte de, manera sucinta, se presentan dos tipos principales de políticas formuladas por las ins-

¹ Publicação original: QUIROGA DIAZ, N. Economía del cuidado. Reflexiones para un feminismo decolonial. **Revista Casa de la Mujer**, n. 20 (2), 2011, p. 97- 116.



tituciones multilaterales y el Estado, como respuesta a esta situación, y en la tercera, se presentará la propuesta que, desde la crítica a estas instituciones, ha venido formulando la economía feminista, mediante el concepto de economía del cuidado. Por último, se reflexiona sobre las implicaciones que para la economía del cuidado puede tener su deslocalización teórica frente a los procesos que han venido desarrollándose.

PALABRAS CLAVE: economía del cuidado, feminismo descolonial, políticas públicas.

Geralmente, a relação entre economia e mulher no âmbito da política pública tem sido abordada em temas associados à pobreza e à demografia. Entretanto, em 2010, os governos da região² assumiram uma das principais propostas do movimento feminista: o reconhecimento do cuidado como elemento fundamental para o funcionamento da economia e um direito universal.

Periodicamente, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) organiza uma conferência na qual são propostas políticas regionais para o avanço na igualdade de gênero. No marco da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, que aconteceu em Brasília em julho de 2010, estiveram presentes representantes dos governos da América Latina e do Caribe. Nessa reunião, foi proposta uma agenda que retomou políticas já em andamento e que também se traduzem em alinhamentos programáticos aplicados pelos diferentes países.

Na última conferência, foram abordados dois pontos principais. O primeiro, sobre a necessidade de aumentar a participação das mulheres nos organismos de decisão política, principalmente naqueles eleitos democraticamente, e o segundo, que será analisado neste artigo, refere-se ao lugar da mulher na economia:

A contribuição das mulheres para a economia e a necessidade de que o trabalho doméstico não remunerado e as tarefas de cuidado sejam entendidos e tratados como temas públicos, de responsabilidade compartilhada entre as esferas do Estado, o setor privado e a sociedade civil... Para isso, se propõem o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas e serviços universais de cuidado, baseados no reconhecimento do direito ao cuidado para todas as pessoas e na noção de prestação

² Participaram da reunião representantes dos seguintes Estados membros da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe: Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Itália, Jamaica, México, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Santa Lúcia, Suriname e Uruguai (CEPAL, 2011).

compartilhada entre o Estado, o setor privado, a sociedade civil e os lares, assim como entre homens e mulheres. (CEPAL, 2010)

Essas colocações refletem o reconhecimento que a análise feminista da economia vem ganhado, ao destacar que um dos principais problemas da região é a situação de inequidade experimentada pela população feminina, principalmente porque as atividades de reprodução não são reconhecidas como trabalho nem contabilizadas como parte essencial do funcionamento da economia. Entretanto, o reconhecimento à contribuição do enfoque feminista chega tarde, se considerarmos que nos diferentes campos do conhecimento foram desenvolvidas contribuições que enriqueceram e questionaram o conhecimento produzido nas décadas de sessenta e setenta.

No caso da economia, embora haja existido autoras que apontaram as limitações das escolas marxista e neoclássica para analisar o lugar diferencial das mulheres, não se alcança a consolidação desse campo de estudo até 1992, com a criação da Associação Internacional de Economia Feminista (IAFFE). Isto evidencia a resistência de um tema que ocupou um lugar de hierarquia diante dos demais temas das ciências sociais.

No âmbito teórico, esta corrente questionou a compreensão da economia como neutra ao gênero. Além disso, evidenciou-se o componente androcêntrico³ que subjaz à construção do *homo economicus* (erigido na representação do comportamento dos/as seres humanos/as na economia), assim como a racionalidade instrumental que o acompanha (considerada universal). Além disso, o trabalho de cuidado e o trabalho reprodutivo foram definidos como extraeconômicos, e, portanto, naturais às mulheres e à esfera do lar (BENERÍA, 1999; CARRASCO, 1991; FERBER E NELSON 2004; PICCHIO, 1999).

Historicamente, o feminismo demonstrou que a carga desigual enfrentada pelas mulheres no que diz respeito ao trabalho do cuidado é uma das principais causas da inequidade econômica. Não obstante, resulta inovador que seja possível adotar nas agendas nacionais, políticas universais de cuidado, sobretudo se estas iniciativas são comparadas com os programas pontuais promovidos pelo Banco Mundial e que estão centrados na extrema pobreza. Reconhecendo a contribuição dessas propostas, em termos de uma maior equidade social, é importante perguntar quais são as tensões que surgem quando analisadas desde uma leitura situada em um feminismo decolonial.

A primeira parte deste artigo mostrará alguns dos indicadores produzidos para exemplificar a situação da inequidade das mulheres na América Latina. Na segunda parte,

³ O androcentrismo refere-se ao lugar que o homem e seu ponto de vista ocuparam como representantes do humano, fato que invisibilizou o lugar diferencial das mulheres na sociedade. Os processos sociais se constroem a partir dos valores masculinos, subalternizando outros olhares.

de maneira breve, serão apresentados os dois principais tipos de políticas formuladas pelas instituições multilaterais e pelo Estado como resposta a esta situação. Na terceira, será apresentada a proposta que, partindo da crítica às instituições, a economia feminista vem formulando, mediante o conceito de economia do cuidado. Por último, há uma reflexão sobre as implicações que pode ter para a economia do cuidado a sua deslocalização teórica, dados os processos desenvolvidos nos países que vêm incorporando esta perspectiva na América Latina.

1. A SITUAÇÃO DAS MULHERES NA REGIÃO MAIS DESIGUAL DO MUNDO

Na América Latina, a situação de inequidade que caracteriza a região como a mais inequitativa do planeta⁴, está relacionada à alta concentração da propriedade de terra, à injustiça na distribuição dos serviços de educação e saúde, à concentração da riqueza, aos baixos salários e ao gasto público recessivo (IDH, 2010):

Três características marcam a inequidade na América Latina e no Caribe (ALC): é alta, é persistente e se reproduz em um contexto de baixa mobilidade socioeconômica. Apesar de ter sido observada, no começo do século XXI, uma redução da inequidade em 12 dos 17 países analisados em estudos recentes (inequidade medida por ingresso), as três características mencionadas constituem uma constante histórica ao longo de diferentes períodos de crescimento e recessão, e transcendem diferentes regimes políticos e intervenções públicas. (IDH, 2010)

A persistência da inequidade tem um efeito ainda maior sobre as mulheres. Vem-se falando há mais de uma década de fenômenos como o da feminização da pobreza, que evidencia desvantagens específicas originadas pela condição de gênero na economia. Um informe recente (CEPAL, 2010c) mostra como as mulheres continuam

⁴ As instituições multilaterais vêm produzindo uma variedade de informes, nos quais reconhecem que a inequidade é um dos principais problemas para a economia da região. De acordo com as pesquisas, os 10% dos indivíduos mais ricos recebem entre 40% e 47% do total na maior parte das sociedades latino-americanas, enquanto os 20% mais pobres só recebem entre 2% e 4%. Essas diferenças são consideravelmente mais altas que nos países da OCDE, Europa Oriental e grande parte da Ásia. Por outro lado, a característica mais evidente da inequidade de remuneração na América Latina é a concentração incomumente alta de remuneração no extremo superior da escala (a cifra se compara somente com alguns países da África e dos estados da antiga União Soviética). Como comparação, os 10% mais ricos dos Estados Unidos recebem 31% das entradas, e na Itália recebem 27%. Inclusive nos países mais equitativos da América Latina (Costa Rica e Uruguai), o nível de inequidade nos ingressos é significativamente maior (Banco Mundial, 2004).

sendo sobrerepresentadas nas situações de maior vulnerabilidade social, porque há uma maior proporção de mulheres ocupando empregos precários, ao mesmo tempo que recai sobre elas uma maior taxa de desemprego e de pessoas dependentes de seu ingresso. Os conceitos que sustentam os indicadores econômicos nos impedem de contar com informação suficiente para analisar a contribuição das mulheres e mostrar como a inequidade as afeta ao longo do tempo:

Na região há 180 milhões de pessoas em situação de pobreza, que representam 32% da população, das quais 72 milhões, isto é, 13%, são indigentes. Os cálculos da pobreza são feitos mediante pesquisa, o que impede de conhecer a distribuição dos recursos no interior da casa e, consequentemente, da porcentagem de mulheres afetadas. Entretanto, calcula-se que para cada 100 homens em situação de pobreza existe um índice de feminideade de 115 mulheres e de 130 na indigência (CEPAL, 2010).

Nas regiões urbanas, os lares que tinham uma mulher como chefe de família passaram de 22% em 1990, a 30% em 2008, o que mostra uma tendência ascendente na região. Entretanto, os lares em condição de indigência apresentam uma porcentagem maior com mulheres como chefes de família, que passou de 27% em 1990 a 40% em 2008. Estas cifras não implicam que a mulher como chefe de família determine uma situação de pobreza, mas que, de maneira mais frequente nessas unidades domésticas, há mais pessoas que são sustentadas com o ingresso único, ao mesmo tempo que existem menos forças disponíveis para os trabalhos remunerados e de cuidado⁵.

Em relação ao mercado de trabalho, verifica-se que, apesar do aumento da participação feminina na oferta de trabalho, as mulheres sofrem uma maior probabilidade de experimentar condições de emprego inequitativas, inclusive quando em toda a região a taxa de escolaridade feminina supera a dos homens. A desigualdade por gênero conduz a que, pelo mesmo trabalho realizado, a brecha salarial⁶ signifique salários melhores aos homens em pelo menos 20%.

⁵ A desvantagem dos lares encabeçados por mulheres se deve principalmente a que essas são, frequentemente, as únicas ou principais fornecedoras de ingressos. Além disso, os ingressos que recebem costumam ser inferiores aos dos chefes de lar homens. Essa situação, somada à ausência de políticas pertinentes, determina que os custos da vulnerabilidade recaiam principalmente nas mulheres chefes do lar, e que a intensidade da pobreza se intensifique em tempos de crise nos lares sob responsabilidade das mulheres (CEPAL, 2010c).

⁶ A brecha salarial sintetiza os efeitos de muitas inequidades: menos horas de trabalho remunerado, sobrerepresentação em ocupações de baixa produtividade, sub-representação em posições hierárquicas e persistência de salários mais baixos por trabalhos de igual valor (CEPAL, 2010a).

O trabalho desenvolvido no lar não tem sido reconhecido, porque a teoria econômica tem visto as famílias como lugar para o consumo das mercadorias adquiridas no mercado. Entretanto, neste cenário, se vislumbra uma quantidade significativa de esforços que constitui uma parte muito importante para a diminuição das necessidades⁷. Mesmo assim, esse trabalho nem sempre é valorizado como uma contribuição significativa para o bem-estar das famílias e da sociedade no seu conjunto. O trabalho do cuidado é realizado geralmente gratuitamente, dado que se naturalizou este tipo de tarefa como uma obrigação das mulheres e, portanto, não conta com o prestígio e poder que cabe ao trabalho remunerado:

Segundo informação do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, no período de 1994-2007, em 14 países da região, o percentual de mulheres que carecem de autonomia econômica, isto é, que não têm ingressos próprios oscilou entre 22,3% para o Uruguai e 45,9% para o Estado Plurinacional da Bolívia. Os percentuais para os homens eram de 6,8% e 14,7%, respectivamente. Na grande maioria dos países com informação, a porcentagem de mulheres sem ingressos próprios se encontrava entre 33% e 43% (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e a República Bolivariana da Venezuela). (MONTAÑO; MILOSAVLJEVIC, 2010)

As desvantagens das mulheres no mercado de trabalho - produto da brecha salarial, sua alta participação entre a população sem ingresso, a menor ocupação em empregos de qualidade e a falta de reconhecimento de sua contribuição e na geração de riqueza e de bem-estar social - se soma o baixo acesso da posse de ativos, seja para efetivar seu valor de uso ou como patrimônio econômico (moradia, terra, maquinaria, etc.). Um exemplo disso é a forma histórica como a mulher tem sido excluída da propriedade da terra, mediante mecanismos legais, estruturais, culturais ou institucionais (DEERE e LEÓN, 2000).

⁷ As necessidades humanas fundamentais são finitas, poucas e classificáveis. As necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda através do tempo e das culturas é a maneira ou os meios utilizados para a satisfação delas. Cada sistema econômico, social e político adota diferentes estilos para a satisfação das mesmas necessidades humanas fundamentais. Em cada sistema, são satisfeitas (ou não) através da geração (ou não geração) de diferentes tipos de necessidades básicas. Um dos aspectos que define uma cultura é sua escolha de geração de necessidades básicas. (MAX-NEEF, 1993). Portanto, quando falamos de necessidades não nos referimos apenas ao mínimo associado à subsistência biológica, também incluímos as necessidades materiais, culturais e simbólicas, que fazem que os/as seres humanos/ as possam participar da sociedade (MAX-NEEF, 1993; HINKELAMMERT e MORA, 2009).

Um aspecto da inequidade que recebe menor atenção está relacionado aos fatores de discriminação étnica. Esses resultam que a população indígena e a afrodescendente tenham o reconhecimento do valor de seu trabalho aproximadamente 28% menor que a população considerada branca (BID, 2009). A interação entre fatores de desigualdade por gênero e etnia multiplicam, então, as probabilidades de enfrentar situações de pobreza e inequidade. Para a economia feminista, continua sendo uma necessidade a ampliação de um marco conceitual que possa dar conta dessas interações, para a formulação de políticas que sejam mais efetivas em relação à inequidade.

As múltiplas desvantagens que enfrentam as mulheres para aceder a melhores oportunidades, propriedade de recursos e reconhecimento de seu trabalho produtivo e reprodutivo, se explicam tanto por elementos da cultura quanto por fatores materiais, o que configura formas de injustiça econômica na distribuição da riqueza. A falta de reconhecimento social de ambas as dimensões multiplica a inequidade estrutural que elas enfrentam.

2. DA POBREZA COMO PROBLEMA INDIVIDUAL À UNIVERSALIDADE DO CUIDADO

As relações de inequidade anteriormente mencionadas têm sido tratadas pelas instituições multilaterais - como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - partindo do pressuposto de que o problema está na falta de capacidade das pessoas e especialmente das mulheres (QUIROGA, 2010).

Nas políticas nacionais, o problema também é abordado desde a ótica da pobreza e são desenvolvidos programas para que as mulheres gerem ingressos, ao mesmo tempo que se reforça seu papel de cuidadoras. Trata-se de que seus filhos/as tenham o mínimo de vida cidadã –saúde e educação–. Portanto, as últimas gerações de programas sociais dirigido às mulheres (pobres), enfatizam a capacitação, de maneira paradoxal, uma vez que são rotuladas como deficitárias em capacidades e conhecimento, ao mesmo tempo que são consideradas eficientes administradoras de recursos, sobretudo quando esses são escassos.

O lugar de destaque que ocupam as mulheres nas políticas sociais surge em resposta ao fracasso das reformas neoliberais e à renúncia a esquemas fundamentados na cidadania e universalidade. Por isto, desde os anos noventa vem-se impulsionando um conjunto de programas que recebem o nome de política de ativos. Eles procuram redefinir a pobreza em termos de carência nas capacidades dos/as indivíduos/as e não como um problema de ingresso e estrutural. Sob esta perspectiva, foram propostos uma variedade de programas que fomentam o empreendedorismo. Abordam-se, partindo do pressuposto

de fortalecimento do capital e de inserção ao mercado, diferentes tipos de intervenções vinculadas com: os processos de formação e capacitação de qualquer ordem, a melhoria da vivência ou sua regularização social, as microfinanças, as relações de reciprocidade e solidariedade, entre outras (ARROYO et al., 2010).

Nos programas de empreendedorismo, as mulheres ocupam o lugar de executoras a baixo custo e são tratadas como beneficiárias, dado o alto grau de “desinstitucionalização” que os caracteriza; os conceitos de cidadania e direito estão tão ausentes como o Estado. Essas políticas são realizadas em sua maioria por ONGs ou programas de governo pontuais. Nestes últimos, propõem-se que a partir de apenas um instrumento, pode-se resolver uma inserção ao mercado que supere a pobreza, mas sem reconhecer as causas multidimensionais que a produziram e a responsabilidade do Estado na provisão de bens e serviços que garantem à inclusão social em condições de dignidade.

O discurso que sustenta estas intervenções institucionais, imagina uma mulher aderida a mínimos biológicos e sociais (alimentação, saúde, escolaridade), seu trabalho é apresentado como uma expressão de um empoderamento que tem como objetivo garantir condições básicas para seus filhos. A flexibilidade de trabalho do autoemprego permite a geração de ingressos básicos e a disponibilidade de tempo para continuar cuidando, o que o feminismo denuncia como a segunda e a terceira jornadas. Essas políticas de ativos pressupõem uma ideia de conciliação na qual é a mulher quem, em jornadas extenuantes, desenvolve o trabalho remunerado e não remunerado. As obrigações do Estado na provisão de serviços de cuidado e de reprodução estão completamente ausentes em sua concepção.

O foco no qual se insiste contribui para promover a ideia de que a problemática de gênero se limita a mulheres pobres e que é causada pela exclusão do mercado de trabalho ou por sua baixa produtividade. Assim, o problema radica nelas e em suas capacidades, o que deixa de lado o conjunto de relações que fazem da pobreza apenas uma manifestação de um contexto de relações de inequidade, que perpassa a sociedade em seu conjunto.

Nos últimos anos, junto com as políticas de ativos, tem sido desenvolvido um conjunto de programas que também insistem em focalizar nos/nas mais pobres e que são conhecidos como transferências condicionadas⁸. Essas se caracterizam pela distribuição

⁸ Em cada país esses programas receberam nomes diferentes. Na Colômbia, Famílias em Ação; na Argentina, Chefes do Lar; no México, Programa Oportunidades; no Equador, Bônus de Desenvolvimento Humano; e no Brasil, Bolsa Família. Os programas com o maior número de beneficiários em termos absolutos são o Bolsa Família, do Brasil (52 milhões de pessoas); Oportunidades, do México (27 milhões) e Famílias em Ação, da Colômbia (12 milhões). O Bônus de Desenvolvimento Humano, do Equador, cobre a maior porcentagem de população em um país (44%) (CEPAL, 2010d).

regular de uma quantia de dinheiro em troca de que as famílias cumpram com obrigações em sua maioria associadas à escolaridade e à saúde dos/as filhos/as. Tais condicionamentos fazem que sobre as mulheres recaia novamente o cuidado como obrigação.

As políticas aludidas são habitualmente apresentadas pelos governos na hora de mostrar resultados em matéria de equidade dado que as que se beneficiam são em sua maioria mulheres. Entretanto, não problematizam a baixa representação dos homens na aplicação dos programas nem na execução das contraprestações exigidas.

Com o tempo, a persistência da estratégia de focalização tem contribuído para que os setores de menores ingressos sejam estigmatizados e muitas vezes apresentados como oportunistas e estratégicos na busca de recursos. A condicionalidade atrelada a responsabilidades de cuidado consolida a ideia de parte da população que é preciso pagar para que seus filhos/as frequentem escolas e sejam vacinados. Desta forma, constitui-se uma representação social sobre os/as beneficiários/as dos programas, que amplia as brechas sociais e deixa marcas de discriminação na subjetividade, sendo esta uma das consequências menos exploradas ao tratar do cuidado e da reprodução como temas associados à pobreza.

3. A ECONOMIA DO CUIDADO: OS RISCOS DO SUCESSO

A economia feminista conseguiu discutir o lugar instrumental dado às mulheres nas políticas associadas à pobreza e propor o conceito de economia do cuidado⁹. Essa noção supera a ideia de programas sociais dirigidos aos que fracassam em sua inserção no mercado, mediante a tutela e educação das mulheres pobres, ao reconhecer o cuidado como uma necessidade e um direito universal para homens e mulheres.

Pensar o cuidado a partir da política pública significa também alcançar uma reivindicação histórica do feminismo, relacionada ao reconhecimento das atividades domésticas e de cuidado como trabalho. A partir da economia feminista vem-se insistindo em que o trabalho reprodutivo é uma parte fundamental do funcionamento da economia e, portanto, um problema da esfera pública e não dos lares (BENERÍA, 2005; CARRASCO, 1991; FERBER e NELSON, 1993; GARDINER, 1997; PICCHIO, 1992, 1999, 2001).

⁹ O cuidado é uma atividade específica que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso mundo, de modo que possamos viver nele, tão bem quanto seja possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nosso ser e nosso ambiente, tudo o que buscamos para entretecer uma complexa rede de sustento da vida. Essa definição inclui tanto a possibilidade do autocuidado quanto a de cuidar de outros, sem contar sua dimensão afetiva, mas não o equipara a uma atividade mercantil qualquer. Também incorpora tanto a perspectiva daqueles que outorgam quanto daqueles que recebem cuidados (Citado por CEPAL, 2010a).

A definição do cuidado mostra que, ao ser realizado em condições de gratuidade, as mulheres com seu trabalho subsidiam o Estado e o setor empresarial que externaliza os custos da reprodução da população para as famílias (PICCHIO, 1999, 2001). Esta análise enfrenta a compreensão neoliberal, na qual somente as atividades que se desenvolvem no mercado e pelas quais se pagam são importantes para a compreensão da economia. Ao mesmo tempo, a dificuldade em desenvolver um lugar propriamente feminista nesta matéria mostra a configuração de um campo que se propunha como neutro ao gênero. As críticas feministas têm revelado a construção de um quadro teórico abertamente androcêntrico e, portanto, insuficiente para compreender o funcionamento da economia (FERBER e NELSON, 1993; BENERÍA, 1999; CARRASCO, 1999; PÉREZ, 2004).

Reconhecendo então a contribuição que esta perspectiva feminista apresenta para a reformulação de políticas sociais universais capazes de atuar sobre a inequidade, cabe a pergunta de quais tensões surgem em sua formulação, quando se observa a proposta da economia do cuidado a partir da perspectiva decolonial.

Uma das perguntas que surge está vinculada às condições políticas e sociais que têm permitido o surgimento de uma política universal, quando está claro que as instituições multilaterais continuam insistindo numa perspectiva fraturada do social. Esta última compreende a inequidade como um problema de setores e não das relações de poder e inequidade da sociedade em seu conjunto.

Na XI Conferência Regional sobre a Mulher, propôs-se repensar a relação entre Estado, mercado e famílias no campo do cuidado para o avanço da equidade. A pergunta sobre

que Estado e que igualdade?, é respondida com a proposta de novas formas de articulação entre o Estado, o mercado e a família, que favoreçam formas e conteúdos democráticos nas instituições que os constituem, para que se alcance a igualdade real dos cidadãos e cidadãs na sociedade. O espírito do documento poderia ser resumido à ideia de igualdade no país e na casa. (CEPAL, 2010)

A proposta se sustenta nas experiências da Venezuela, Equador, Bolívia e República Dominicana, onde o cuidado como direito do cidadão alcançou uma categoria constitucional, ao passo que na Argentina avança o reconhecimento pela via da universalização do ingresso por filho/a. Esse conjunto de países evidencia que a urgência no campo das políticas públicas desta proposta não pode ser entendida sem levar em conta as profundas transformações políticas que vem acontecendo nos últimos tempos particularmente na América do Sul.

As respostas oferecidas para a reconfiguração de um Estado que garanta a universalidade do cuidado se originam na fecunda análise teórica desenvolvida por economistas feministas. Elas criticam o neoliberalismo a partir das contribuições do marxismo e do keynesianismo, no conceito de trabalho, no primeiro caso e na ideia de Estado, no segundo.

A visão de Estado e de mercado não apenas corresponde a uma abstração teórica, corresponde também às experiências do Estado de bem-estar europeu e estadunidense, em consonância com o surgimento das principais exponentes da economia feminista. Assim, o Estado, o mercado, as famílias e a sociedade civil são os lugares para a resolução do problema do cuidado.

A reflexão sobre as limitações em termos de gênero que proporcionaram as experiências reais dos Estados de bem-estar tem permitido redefinir a relação entre o Estado e os direitos associados ao trabalho para incluir o âmbito reprodutivo. Faz-se necessário que os pressupostos conceituais da economia feminista não se mantenham à margem, principalmente quando a adoção do direito ao cuidado assume um lugar constitucional de direito em alguns países da região, cujos processos políticos recentes geraram profundas transformações institucionais e redefiniram o vínculo entre Estado e cidadania. Portanto, faz-se necessária a pergunta de quais são as razões que impedem que este marco teórico seja incorporado às aprendizagens que fazem pensar em uma definição de cuidado situada na região.

O reconhecimento à contribuição e à especificidade dos processos sociais, que nos últimos tempos vem sendo desenvolvido na América do Sul, e ao surgimento, em cada caso, de novas formas de institucionalização econômica têm gerado condições sem as quais a economia do cuidado não poderia ocupar o lugar que hoje ocupa no campo das políticas públicas.

No caso particular da economia feminista, vem-se propondo a urgência de um Estado de bem-estar que corrija os altos níveis de inequidade e contribua para a socialização do cuidado, dado que as reformas neoliberais depositaram nas mulheres as responsabilidades antes assumidas como direitos sociais. A configuração desse tipo de Estado evoca a experiência europeia, ainda que com uma forte crítica a que o acesso aos direitos esteja vinculado a um modelo de trabalho androcêntrico. Entretanto, não se menciona e sequer se problematiza, que um dos principais motivos que possibilitou a existência desse Estado de bem-estar, foram as relações de centro-periferia estabelecidas com os chamados países em desenvolvimento que garantiram uma extração histórica

de recursos configurada em uma relação de modernidade e colonialidade¹⁰. Essas transferências contribuíram para que se pudessem financiar direitos sociais e econômicos aos trabalhadores dos países industrializados enquanto se mantinham relações coloniais ou de colonialidade na África, Ásia e América Latina.

Pensar o feminismo e suas propostas no âmbito da economia a partir de uma perspectiva decolonial, é o principal objetivo deste artigo. Isto inclui compreender a problemática do cuidado a partir de uma conceitualização teórica que não provém única e exclusivamente de marcos e experiências latino-americanas, o que além de tudo é impossível. Ao mesmo tempo que continuar analisando os temas, desde concepções eurocêntricas, resulta, inquestionavelmente, insuficiente. Trata-se de superar o isolamento teórico e o provincialismo conceitual, para construir formas de conhecimento que tenham sentido para as realidades que estão sendo propostas.

Há uma tentativa de problematizar o que Chakrabarty (2008) denomina “ignorância assimétrica”, um mecanismo de poder que garante que o pensamento produzido pelos chamados eufemisticamente países em desenvolvimento sempre esteja obrigado a dar conta da produção acadêmica da Europa e dos Estados Unidos. Ao passo que os estudos feitos ali não recebem nenhuma reciprocidade intelectual e são ignoradas tanto as propostas quanto os conceitos desenvolvidos nos países considerados periféricos, sem que isto marque a legitimidade de suas explicações.

Na economia feminista, o que houve foi uma falta de trabalho em uma produção teórica mais contextual. Continuam sendo os Estados Unidos e a Europa os lugares onde se faz a teoria, o que leva a que, de forma dominante, se conforme uma relação centro-periferia na qual a América Latina contribui como campo de aplicação dos conceitos e relato das experiências. Não se trata de invisibilizar a contribuição que

¹⁰ O conceito modernidade/colonialidade se ancora em uma série de operações que o distingue das teorias estabelecidas da modernidade. Apresentado sucintamente, entre essas últimas se incluem as seguintes: 1) ênfase em localizar as origens da modernidade na Conquista da América e o controle do Atlântico depois de 1492, antes que os mais comumente aceitados limites como a Ilustração ou o final do século XVIII; 2) atenção persistente ao colonialismo e ao desenvolvimento do sistema mundial capitalista como constitutivos da modernidade, isto inclui a determinação de não desconsiderar a economia e suas concomitantes formas de exploração; 3) como consequência, a adoção de uma perspectiva planetária na explicação da modernidade, no lugar de uma visão da modernidade como um fenômeno intraeuropeu; 4) a identificação da dominação de outros fora do centro europeu como uma dimensão necessária da modernidade, com a concomitante subalternização do conhecimento e das culturas desses outros grupos; 5) uma concepção do eurocentrismo como a forma de conhecimento da modernidade/colonialidade –uma representação hegemônica e um modo de conhecimento que argumenta sua própria universalidade e que se apoia em «uma confusão entre uma universalidade abstrata e o mundo concreto derivado da posição europeia como centro» (ESCOBAR, 2003b).

muitas economistas latino-americanas têm produzido, mas sim de problematizar que as propostas em sua maioria, para serem consideradas teoria, devem cumprir a condição de compartilhar os mesmos pressupostos teóricos (cimentados na relação ocidental entre economia e modernidade¹¹) e, portanto, ser um campo de ampliação do mesmo sistema de pensamento.

Na definição de economia do cuidado, proposta pela CEPAL para a região, a ausência de reciprocidade conceitual é palpável. Um exemplo disso é que o enfoque do Bem Viver¹², gestado na Bolívia e no Equador, incorporou à sua matriz de pensamento as considerações da economia feminista. Vinculam-se ao reconhecimento da riqueza social que aporta o trabalho reprodutivo e a necessidade tanto de valorizar quanto de visibilizar a contribuição das mulheres, ao passo que se propugna corrigir as condições de inequidade material que as afetam.

A permeabilidade dos conceitos contrasta com a total invisibilização do Bem Viver na formulação da economia do cuidado desenvolvida na XI Conferência Regional

¹¹ Como vem demonstrando a economia feminista, a relação entre economia e modernidade constituiu uma compreensão do econômico que subalternizou ativamente a contribuição das mulheres. Também impediu a compreensão da existência de uma diversidade de formas econômicas e rationalidades. Estas têm sido consideradas como inexistentes ou compreendidas apenas em uma relação de subordinação relativa ao capitalismo.

“as políticas da diferença e singularidade ainda estão profundamente moldadas pelos mitos da universalidade e da superioridade cultural, que desde o surgimento da modernidade – com a conquista da América pela Espanha em 1492 – permitiu ao Ocidente definir a identidade dos outros. Desde então, um conjunto de forças culturais modernas do Ocidente (incluindo visões particulares da economia) não para de exercer sua influência – e frequentemente sua contínua dominação – na maioria das regiões do mundo. Essas forças continuam operando através de formas de interação em permanente mudança de pensamento junto com a cultura europeia, consideradas universalmente válidas e que aparentemente mantêm em uma subordinação perpétua os saberes e práticas culturais da maioria dos grupos de europeus do mundo todo” (ESCOBAR, 2010).

¹² Para entender o que implica o Bem Viver, que não pode ser simplistamente associado ao “bem-estar ocidental”, há que começar por se recuperar a cosmovisão dos povos e nacionalidades indígenas. Isso não significa negar a possibilidade de modernização da sociedade, particularmente com a incorporação na lógica do Bem Viver de muitos e valiosos avanços tecnológicos da humanidade. Mais que isso, uma das tarefas fundamentais se centra no diálogo permanente e construtivo de saberes e conhecimentos ancestrais com o mais avançado do pensamento universal, em um processo de descolonização continuada do pensamento. O Bem Viver, em definitivo, é a busca de vida em harmonia, do ser humano consigo mesmo, com seus congêneres e com a Natureza. Procurar essas harmonias não implica desconhecer os conflitos sociais, as diferenças sociais e econômicas, nem negar que estamos em um sistema que é antes de tudo depredador, como o capitalista. Portanto, ao contrário do mundo do consumismo e da competitividade extrema, o que se pretende é construir sociedades onde o individual e o coletivo coexistam em harmonia com a Natureza, onde a racionalidade econômica se reconcilie com a ética e o senso comum. A economia precisa se reencontrar com a natureza (ACOSTA, 2010).

da Mulher. Diante da pergunta central sobre as transformações que deve enfrentar o Estado para possibilitar um cuidado universal, a Bolívia e o Equador só aparecem citados como um campo de aplicação dessas políticas. As propostas alternativas às problemáticas existentes não são contempladas nas formulações da economia feminista.

É necessário questionar as implicações teóricas que acarretaria uma economia do cuidado, pensada a partir dos fundamentos do Bem Viver, na qual há um deslocamento do antropocentrismo que permite considerar a terra também como sujeito e objeto de cuidado. Ao mesmo tempo, a dimensão comunitária e sua relação com o cuidado não está contida na relação entre família e sociedade civil, conceitos que aludem a uma noção liberal em sua relação com o Estado. As ideias de autonomia, auto-organização coletiva as que alude o comunitário, levam a consideração de outras dimensões do cuidado até hoje ignoradas.

Situar o tema do cuidado desde o lugar que têm ocupado as mulheres indígenas, negras, mestiças e todas aquelas que têm sido subalternizadas por serem consideradas não brancas conduz a que emerjam outros pontos de vista. As reflexões situadas no feminismo decolonial vêm mostrando os vazios em termos do significado que a experiência da colonialidade representa para entender formas de opressão diferenciais. Entre os desafios que enfrenta um feminismo decolonial se apresentam:

A problematização da experiência do colonialismo e a colonialidade por parte das mulheres, o que inclui a criação de sujeitos, corpos, sexualidades e noções de beleza específicas atravessadas pela raça. Segundo, a reprodução do racismo e o classismo até o presente, inclusive dentro do feminismo. Terceiro, a problematização – como fazem os indígenas e afrodescendentes – do poder dos homens dentro de suas comunidades, e dos nacionalismos e a política da identidade cultural (Hernández, 2008); e da maneira que as mulheres têm sido representadas em suas culturas. Colocar no centro do debate a raça – categoria com a que somos construídas desde o século XV – implica reconhecer que todas estamos racializadas. Neste sentido, o debate feminista sobre a mestiçagem, um quarto aspecto de debate do feminismo decolonial, é essencial (GÓMEZ, 2011).

Um modo de exemplificar o lugar diferencial das formas de opressão implica questionar as situações nas quais o trabalho reprodutivo e as relações patriarcais, no interior das famílias, constituem um fator determinante para a inequidade feminina. Sobretudo quando na região, o trabalho é o principal cenário de inequidade para muitas mulheres. O acesso a ingressos exige extenuantes jornadas de trabalho e o trabalho de cuidado é visto por muitas mulheres como um espaço fundamental de sua realização

pessoal, principalmente quando a maior parte de seu tempo está dedicado à realização de trabalhos extenuantes e com baixos ingressos.

Rita Segato¹³ (2003) expõe que na luta feminista hegemônica se apresentava a família como o principal cenário de subordinação feminina, e se esquecia que para muitas mulheres negras que sofreram com a escravidão durante gerações e, consequentemente com a marca indelével do olhar racializado, a possibilidade de ter uma família estava negada, então construí-la era uma grande conquista. Ao mesmo tempo, Segato demonstrou que o desenvolvimento de vínculos de parentesco com identidades de gênero flexíveis debilitava o poder patriarcal típico das famílias nucleares. Nesses contextos, as relações de opressão que mais afetavam às mulheres não provinham da hierarquização do patriarcado entre homens e mulheres, mas do racismo que perpetua historicamente uma posição de inequidade para a população negra.

A superação da inequidade em certos contextos implica na possibilidade de diminuir-se e/ou modificar as relações abusivas do mercado de trabalho; as representações hegemônicas de si mesmas; a subalternização de seus saberes, a dissolução dos mecanismos raciais de opressão que as impedem de dispor dos recursos materiais e simbólicos mantenedores do status e do poder na sociedade. Trata-se de poder escolher as condições nas quais realizam o trabalho remunerado e não remunerado para possibilitar o desenvolvimento de suas aspirações, nas quais existe uma dimensão do cuidado, que também faz parte dessas outras formas de alcançar a autonomia, nem sempre incluídas nas formulações feitas sobre Estado, sociedade civil, mercado e família.

Uma teoria do cuidado que consiga descentrar-se pode contribuir com a urgência de novas perguntas, ampliando a compreensão das causas que produzem a subordinação feminina em cada contexto. O olhar decolonial contribui com a economia feminista na construção de um campo de conhecimento mais poroso, mais disposto a situar-se e discutir seus pressupostos. Tudo isso gera a possibilidade de produzir uma teoria que reflita as

¹³ Na verdade, as leis da escravidão brasileira enfraqueceram o poder e a autoridade que os homens podiam exercer tradicionalmente sobre suas mulheres e descendentes, inclusive nas sociedades africanas nas quais elas tinham um maior acesso à independência econômica e às posições de alto status. Consequentemente, esses homens perderam qualquer tipo de controle sobre esposas e filhos e foram desalojados dos papéis sociais que sempre haviam desempenhado. No que se refere às relações familiares, não ficou a seu alcance nenhuma identidade alternativa. O modelo do *pater familias* branco também ficou fora de suas possibilidades. Com isso, um dos produtos sociais da escravidão foi, provavelmente, não apenas a transformação dos padrões de comportamento, mas, sobretudo, uma modificação da consciência das pessoas, em particular no concernente às concepções da atuação dos homens e mulheres no nível cultural e as expectativas sobre seu papel no nível social. Esta situação se prolongou depois do fim da escravatura como consequência da marginalidade econômica a qual ficaram condenados os afro-brasileiros (SEGATO, 2003).

alternativas epistêmicas à compreensão que temos tido sobre as causas e soluções da inequidade que as mulheres experimentam na economia.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. La Filosofía del SUMAK KAWSAY. **Revista Filo-Sophia**, Quito. 2010. Disponível em: <<http://www.revistasophia.com>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021
- ACOSTA, A. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. **Ecuador Debate**, Quito, 75, 2008, p.33-47.
- ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. **El Buen Vivir**. Una vía para el desarrollo, Abya Yala, Quito, Ecuador, 2009.
- AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO. Sumak Kawsay: **Recuperar el sentido de vida**. N° 452, Fevereiro, 2010. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/revistas/452>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021
- AMÉRICA LATINA EN MOVIMIENTO. **Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo**. N° 462, Fevereiro, 2011. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/48052>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021
- BENERÍA, L. Mercados globales, género y el Hombre de Davos. In: Portugal, A. M. e Torres, C. (editoras). **El siglo de las mujeres**, Isis Internacional, Ediciones de las Mujeres N° 28, Santiago. 1999.
- BID. **New Century, Old Disparities**: Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America, 2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021
- CARRASCO, C. et al. **El trabajo doméstico y la reproducción social**. Madrid, Instituto de la Mujer, Serie Estudios nº28, 1991.
- CARRASCO, C. **Mujeres y economía**. Barcelona, Icaria editorial, 1999.
- CEPAL. **Informe de la undécima conferencia regional sobre la mujer de América Latina y el Caribe**. 2011. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/16541-informe-la-undecima-conferencia-regional-la-mujer-america-latina-caribe>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021
- CEPAL. ¿Qué Estado para qué igualdad? Conferencia Regional sobre la Mujer en América Latina y el Caribe de CEPAL, Brasilia, 2010a. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021

CEPAL. **La hora de la igualdad:** brechas por cerrar, caminos por abrir, Santiago de Chile, Publicación de las Naciones Unidas, 2010b. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2010.** Santiago de Chile, Publicação das Nações Unidas, 2010c. Disponível em:< <http://www.eclac.org/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021

CEPAL. **Programas de transferencias condicionadas benefician a más de 100 millones de personas en la región.** 2010d. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021

CHAKRABARTY, D. **Al margen de Europa.** Barcelona: Tusquets Editores, 2008.

DEERE, C.; LEÓN, M. **Género, propiedad y empoderamiento:** tierra, Estado y mercado en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 2000.

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia, Lugar, movimientos, vida, redes.** Popayan, Envión editores, 2010.

ESCOBAR, A. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar:** ¿globalización o postdesarrollo? In: Edgardo Lander, La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: FLACSO, 2003.

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimientos de otro modo.** El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. Tabula Rasa, 2003b.

GARDINER, J. **Gender, Care and Economics.** Londres: MacMillan Press, 1997.

GÓMEZ, D. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras. A propósito de efemérides y nuevos encuentros. **Revista Otras Palabras.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombi., 2011.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: Rojas, **La medición del progreso y del bienestar.** Foro Consultivo Científico y Tecnológico. AC, México DF, 2011.

HERNÁNDEZ, A.; SUÁREZ, L. **Introducción:** Descolonizando el feminismo. Teorías y prácticas desde los márgenes. Ediciones Cátedra: Universitat de Valencia. Instituto de la Mujer, 2008.

LEÓN, M. Cambiar la economía para cambiar la vida. In: **El buen vivir: una vía para el desarrollo**, Alberto Acosta e Esperanza Martínez (org) Santiago: Editorial Universidad Bolivariana, 2009.

LOZANO, R. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **Revista La manzana de la discordia**, Julho - Dezembro, Vol. 5, No. 2: 7-24. Universidad del Valle, 2010.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana**. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria-Nordan Comunidad, 1993.

MONTAÑO, S; MILOSAVLJEVIC, V. **La crisis económica y financiera**. Su impacto sobre la pobreza, el trabajo y el tiempo de las mujeres. CEPAL, Serie Mujer y Desarrollo. No 98. 2010. Disponível em: <<http://www.eclac.org/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021

PÉREZ, A. **¿Hacia una economía feminista de la sospecha?** Revista en Otras Palabras, número 13: 14, 2004.

PICCHIO, A. Un Enfoque Macroeconómico Ampliado de las Condiciones de Vida. In: Carrasco (org). **Tiempos, trabajo y género**. Barcelona: Editorial de la Universidad de Barcelona, 2001.

PICCHIO, A. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: Carrasco (org) **Mujeres y economía**. Madrid: Icaria, 1999.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of World-System Research, 2000.

QUIROGA, N. **¿De qué crisis estamos hablando?** Cuestionamientos y propuestas de la política de activos desde la economía feminista y la economía social. In: Coraggio y Costanzo (edit). **Mentiras y verdades del “Capital de los Pobres”**. Perspectivas de la economía social y solidaria. Universidad Nacional de General Sarmiento: Imago Mundi. Buenos Aires, 2011.

QUIROGA, N. Economías feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. In: Iconos. **Revista de Ciencias Sociales**. Num. 33, Quito, Janeiro, 2009, p. 77-89. Disponível em: <<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/299>>. Acesso em: 27 de ago de 2021.

SEN, A. Gender and Comparative Conflicts. In: **Tinker, I. Persistent Inequalities: Women and World Development.** Nova York: Oxford University Press. 1990.

SEGATO, R. **Las estructurales elementales de la violencia.** Universidad Nacional de Quilmes: Buenos Aires.,2003.

Recebido em: 17 mai. 2021

Aceito em: 20 jan. 2022